

CAMINHOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESCOLA: ANÁLISE DE UMA PROPOSTA DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

José Batista de Barros; Adriana Letícia Torres da Rosa; Lavínia de Melo e Silva Ximenes; Madson Gois Diniz.

Universidade Federal de Pernambuco, batistabarros@capufpe.com; adrianarosa@capufpe.com; laviniaximenes@capufpe.com; madsondiniz@capufpe.com.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar uma proposta de criação de um núcleo de acessibilidade e inclusão numa escola pública do Recife, PE, com vistas a refletir a respeito de caminhos possíveis para consolidação da política de educação especial e inclusiva. Para tanto, analisa qualitativamente como essa escola, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp UFPE), prospecta a educação inclusiva em seu Projeto Pedagógico (PP), bem como que ações estruturais arquitetônicas e pedagógicas estão previstas no seu plano de ação para proporcionar a formação acadêmica e, sobretudo humana da pessoa com deficiência e/ou com necessidade educacional específica no espaço educativo. O estudo mostra que, o plano de ação elaborado projeta: A promoção de ações inclusivas nas interações sociais no Colégio de Aplicação; A revisão do currículo escolar na perspectiva da educação inclusiva para o atendimento dos alunos com deficiência(s); Ação-reflexão-ação da prática educativa vivenciada na inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais; A consolidação da formação de docentes, servidores técnico-administrativos e gestores sobre educação inclusiva e, sobretudo especial; A melhoria das condições de trabalho para equipe técnica, pedagógica e de apoio no atendimento ao aluno com deficiência(s); A parceria da família dos alunos CAp no engajamento nas políticas de inclusão do Colégio; A oferta de uma educação especial de referência no âmbito das escolas públicas no Brasil, com a efetiva inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola, garantindo-se o acesso e a permanência dessas no CAp.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão; Acessibilidade, Projeto Pedagógico.

Introdução

A educação especial e inclusiva no Brasil, desde a promulgação da Constituição de 1988, tem fomentado mudanças urgentes e importantes no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, evoluindo para uma concepção de educação fundamentada, principalmente, no respeito às diferenças e na inclusão. Esse panorama se consolidou com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, elaborada nos preceitos de uma escola que possibilita o aluno aprender, a partir de suas aptidões e capacidades.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de e para todos, locus privilegiado de construção de conhecimento, expressão do pensamento e de desenvolvimento pessoal, - um espaço para formação de cidadãos, nas suas igualdades e diferenças. A convivência crítico-reflexiva com a pluralidade resultará em novas experiências.

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

coletividade, que aprenderá a combater o preconceito, fomentando o respeito às diferenças e valorizando a diversidade, com o reconhecimento da igualdade. A escola inclusiva beneficia, não apenas os que têm alguma necessidade educacional especial, mas todos os envolvidos no processo de inclusão, oportunizando a convivência com base nas relações de respeito.

Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico (PP) da instituição escola deve, conforme o olhar de Ximenes (2013), expressar, de forma sistemática e legítima, os fundamentos pedagógico-educacionais, sociofilosóficos e epistemológicos sobre os quais é concebida, planejada e avaliada a proposta educacional de dada instituição, posto que estruturado de forma coletiva e democrática pelos seus representantes. Desse modo, tal projeto evidencia os valores, as intenções, as metas e prioridades do curso e da instituição que, dotado de autonomia e criatividade, estabelece as estratégias e procedimentos que julga relevantes na perspectiva da formação de seus educandos.

De acordo com Veiga (2011, p.13), o projeto pedagógico da escola caracteriza-se por ser “uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. [...] também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Ainda, para a referida autora, torna-se importante considerar o PP de uma instituição acadêmico-escolar como uma reflexão e expressão de seu cotidiano, o que demanda tempo e envolvimento coletivo para a consolidação e implementação de propostas e ações formativas. Tal processo, porém, não ocorre sem tensões e conflitos que desafiam a comunidade escolar a confrontar-se com o movimento de luta e as resistências à mudança, as diferenças e a diversidade de saberes que a caracterizam. Ainda em relação à construção do projeto pedagógico, a referida autora afirma que o mesmo “requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório” (VEIGA 2011, p.33).

Ressalta-se assim, a função social da educação e da instituição formadora que se caracteriza pelo seu caráter intencional e político, bem como prioriza a efetiva participação de todos da comunidade escolar, em todos os momentos de elaboração do Projeto Pedagógico (PP) da instituição.

Ainda, segundo Veiga (2003), é fundamental o entendimento de que, no que tange às inovações, mudanças e transformações vividas no espaço escolar, o PP pode assumir um **caráter regulatório** que emerge como prescrições ou recomendações externas à escola, com predomínio dos aspectos técnicos e burocráticos, não expressando a participação da comunidade escolar; no entanto, o PP também pode assumir um **caráter emancipatório**, cuja

origem e destino vinculam-se às necessidades do coletivo escolar, com prevalência dos aspectos de ordem político-cultural.

Enquanto instrumento de regulação, o PP configura-se como uma prescrição, um cumprimento de metas a serem atingidas sem a devida consideração dos aspectos processuais e qualitativos das mudanças projetadas. Todavia, como inovação emancipatória, o referido projeto integra em si os movimentos de ruptura com o instituído, refletindo a dinâmica entre a realidade da escola e o contexto social mais amplo.

Na perspectiva de Santiago (2009, p.104), “o Projeto Político Pedagógico da Escola são as intenções do corpo da escola, geradas, discutidas e postas em ação por aqueles/as que fazem a escola e, de modo particular, pelo trabalho de professores/as. É o confronto entre intenções e os resultados escolares”.

Particularmente no âmbito do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp UFPE), escola campo deste estudo, os processos de elaboração e revisão de seu Projeto Pedagógico refletem a condição de abertura da comunidade escolar frente às possibilidades de mudanças e de inovação do fazer pedagógico, o que demanda persistência, muita reflexão e trabalho coletivo, na perspectiva de superação dos limites e das dificuldades identificadas. Conforme destacado, “na medida em que planeja, decide e executa, a comunidade escolar se responsabiliza por seus atos e passa a tomar mais consciência das suas necessidades e a dialogar e a problematizar sobre a sua realidade” (CAp UFPE, 2016, p.14).

No que tange às demandas de acessibilidade e inclusão, o CAp UFPE posiciona-se em relação ao seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os seus alunos, estabelecendo metas a serem alcançadas e direcionadas conforme a dinamicidade das situações vividas. Todavia, ganha destaque e visibilidade a necessidade de “ações pedagógicas que visem flexibilizar o currículo com o objetivo de favorecer a aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais” (CAp UFPE, 2016, p.86).

Com tal orientação conceitual, objetivamos, com esse trabalho, analisar uma proposta de trabalho de criação de um núcleo de acessibilidade e inclusão numa escola pública do Recife, PE, com vistas a refletir a respeito de caminhos possíveis para consolidação da política de educação especial e inclusiva. Para tanto, verificamos como a escola prospecta a educação inclusiva em seu Projeto Pedagógico (PP), bem como que ações estruturais arquitetônicas e pedagógicas estão previstas no seu plano de ação para proporcionar a formação acadêmica e, sobretudo humana da pessoa com deficiência no espaço educativo.

Metodologia

Com o propósito refletir a respeito de caminhos possíveis para consolidação da política de educação especial e inclusiva no espaço escolar, realizamos uma análise qualitativa do PPP e do plano de ação para criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, escola pública federal.

O Colégio de Aplicação, existente há 60 anos, embora seja uma escola inclusiva na sua proposta curricular no tocante ao trabalho formativo para o respeito e a diversidade, não possuía até o ano de 2017 um Núcleo para fomentar a política da inclusão na perspectiva da educação especial. Ofertando ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio, com cerca de 420 alunos distribuídos em duas turmas por ano/série, não recebeu em seu corpo discente alunos surdos, cegos ou com deficiência intelectual. Contudo, a fim de se preparar para o desafio do trabalho pedagógico com esse público, vem elaborando propostas de ação.

O PP enquanto documento em construção contínua foi revisado em 2016, com a participação de toda a comunidade escolar, para reelaboração da temática da educação especial. Com base nessa reelaboração, um plano de ação para criação do Núcleo referido apontou-se como desdobramento, estando a proposta a ser elaborada pela gestão da escola e alguns membros da Comissão de Revisão do Projeto Político-Pedagógico da instituição para execução a partir de 2017 e anos subsequentes.

Resultados e Discussão

A escola em estudo prospecta a educação inclusiva em seu Projeto Político-Pedagógico no paradigma fundamentado nos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que, nesse sentido, avança em relação à ideia de equidade do ponto de vista legal:

A Educação Inclusiva se configura, pois, como emancipatória no sentido de pautar-se em reflexões éticas e humanizadoras que aderem à integração social do Plano Nacional de Educação que visam a proporcionar aos alunos integrados no contexto escolar condições plenas para o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia para o digno exercício da cidadania. (CAp UFPE, 2016, p. 80)

É nessa perspectiva que as suas referências agregam fundamentos de uma formação emancipatória e crítica, bem como aportes legais que sinalizam nessa mesma direção: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal de 1988; A Conferência de Salamanca (1994); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional - Lei Nº 9.394/96; Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e o Estatuto da pessoa com deficiência (2015).

O PP prevê, ainda, proposições teórico-metodológicas curriculares, bem como sinaliza as ações necessárias ao atendimento adequado, seja do ponto de vista pedagógico e humano, seja do físico-estrutural, justificando a criação de um plano de ação para criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. O plano citado tem como norte:

1. Assistir e acompanhar o projeto de adequação arquitetônica para eliminar as barreiras físicas e comunicacionais ao acesso na UFPE, especialmente no que concerne às ações junto ao CAp.

Meta: Elaboração de relatório sobre adequações arquitetônicas para o CAp UFPE. O relatório servirá de base para a gestão escolar acompanhar as ações já implementadas pelos órgãos competentes da UFPE e as projeções das necessidades de adequação por esses órgãos apontadas, com a indicação de prazos para realização dessas; bem como a sinalização de ações complementares que se fizerem urgentes.

2. Ministrando disciplina, na parte diversificada do currículo (PD), para os alunos do CAp com a temática da “Educação Inclusiva”.

Meta: implementação de PD para o 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio da Educação Básica.

3. Implementar ações de Formação em Educação Inclusiva e Educação Especial, para os servidores e alunos do CAp UFPE, em articulação com o Núcleo de Acessibilidade do Centro de Educação da UFPE.

Metas: - Evento “Escola, espaço para (trans)formação: acessibilidade e inclusão em pauta” para alunos e seus familiares e servidores do CAp, envolvendo 01 encontro pedagógico com oficinas temáticas, no sábado letivo. - Formação continuada de servidores do CAp, envolvendo 08 encontros, com 1h30 de duração cada (total de 12h).

4. Acompanhar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no CAp UFPE.

Meta: Diagnóstico, com base em questionário junto às famílias do CAp UFPE, dos casos de pessoas com deficiência e necessidades educacionais, com projeções sobre formas de acompanhamento para os casos detectados.

5. Mapear centros de apoio para atendimento à pessoa com deficiência em PE a fim de angariar parcerias técnico-pedagógicas para o CAp UFPE.

Meta: Elaboração de relatório com o mapeamento dos Centros de apoio para atendimento à pessoa com deficiência em Pernambuco, informando: órgão, endereço, contato, tipo de assistência, bem como das unidades escolares que disponibilizam de sala de recursos multifuncionais no entorno da UFPE.

6. Promover acessibilidade ao livro e à leitura, buscando parcerias com o Programa Nacional do Livro Didático, Ministério da Educação, e órgãos do estado de Pernambuco os quais desenvolvam produção de material didático acessível específico.

Metas: - Levantamento do acervo de material didático acessível da biblioteca do CAp. Aquisição de acervo de material didático acessível, via doações, para consulta dos alunos do CAp. - Indicação de lista de obras de referências teórico-metodológicas sobre educação especial para aquisição da biblioteca através dos recursos disponíveis no planejamento financeiro anual, próprio da UFPE.

7. Elaborar projeto para aquisição e produção de recursos pedagógicos necessários à aprendizagem dos estudantes com deficiência no CAp: mobiliário, material didático e tecnologia assistiva.

Meta: Solicitação junto ao MEC dos equipamentos e mobiliários necessários; criação, junto aos alunos das PDs, de laboratório experimental para elaboração/ confecção de recursos pedagógicos acessíveis de apoio e atendimento educacional especializado (AEE) a partir do levantamento das necessidades dos alunos com deficiências, servindo de base para futura sala de recursos multifuncionais no CAp.

O desenvolvimento dos objetivos e das metas propostos no plano de trabalho para criação do Núcleo de Acessibilidade na escola é de grande relevância para o crescimento socioacadêmico e afetivo da comunidade escolar do Colégio de Aplicação da UFPE, uma vez que abrirá espaço para problematização da temática da Educação Inclusiva envolvendo, direta ou indiretamente, professores, estudantes e suas famílias, corpo técnico-administrativo do CAp.

Com o trabalho de formação acadêmica, a escola terá a oportunidade de rever seu currículo para melhor ajustar suas ações teórico-metodológicas, em turmas compostas por alunos com e sem deficiências, a partir da reflexão e compreensão das repercussões sociais de uma escola, de fato, inclusiva.

Além disso, percepções sobre as variáveis inerentes ao processo de inclusão precisarão ser investigadas para a sua melhor compreensão, possibilitando as modificações necessárias no contexto da escola: ambiente físico, material pedagógico, assessoria técnica. Os recursos de tecnológicos, por exemplo, poderão auxiliar substancialmente na aprendizagem dos alunos

com deficiência, o que resultará num meio eficiente de promoção da visão inclusiva, com enfoque na construção de recursos pedagógicos acessíveis e na comunicação alternativa, no caminho irreversível de educação à autonomia.

Para efetivação do referido projeto, será necessário um conjunto de esforços que envolvem toda a instituição: a comunidade acadêmica da UFPE, e do CAP, em especial, terá que assumir a responsabilidade pela educação inclusiva, o que dará mais força ao processo de mudança no sentido de maior acolher as pessoas com deficiência que estão dentro da escola, ou que pretendem nela ingressar.

Além da integração e articulação interna à UFPE, a formação em rede com outras instituições também se fará relevante, objetivando o estabelecimento de relacionamentos colaborativos entre os grupos dentro e fora da escola para que o referido projeto possa ter cada vez mais sucesso e continuidade após a sua implantação.

Conclusões

A nossa análise nos mostra que, com vista à consolidação da política de educação especial na perspectiva da inclusão no Colégio de Aplicação da UFPE, espera-se, dentre outros aspectos: A promoção de ações inclusivas nas interações sociais no Colégio de Aplicação; A revisão do currículo escolar na perspectiva da educação inclusiva para o atendimento dos alunos com deficiência(s); Ação-reflexão-ação da prática educativa vivenciada na inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais; A consolidação da formação de docentes, servidores técnico-administrativos e gestores sobre educação inclusiva e, sobretudo especial; A melhoria das condições de trabalho para equipe técnica, pedagógica e de apoio no atendimento ao aluno com deficiência(s); A parceria da família dos alunos CAP no engajamento nas políticas de inclusão do Colégio; A oferta de uma educação especial de referência no âmbito das escolas públicas no Brasil, com a efetiva inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola, garantindo-se o acesso e a permanência dessas no CAP.

É nesse sentido que, ancorada na elaboração coletiva do PP pela comunidade escolar, observa-se a (re)construção de uma trajetória educativa na perspectiva da inclusão na escola que dar-se-á com o acesso das pessoas com deficiência, fomentada através das transformações nos ambientes, nos procedimentos e principalmente nos valores e crenças da comunidade.

A questão da acessibilidade, nessa perspectiva, não está relacionada única e exclusivamente às condições para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços, e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, mas na aceitação, pela sociedade, de que todos têm direitos e deveres, independentemente da sua condição física, social e econômica, ou de outra ordem: especialmente, quando se trata do espaço escolar.

Referências

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BEYER, H. O. **Inclusão na avaliação da escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação. 2010.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre, Mediação, 2000.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. ed. 37. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica- O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MARQUEZAN, R.; LOPES, R.P.V. **O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais**. Educação (UFSM), Santa Maria, v. 2000, p. 3-4.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. **Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAP UFPE. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco**. Disponível em: www.cap.ufpe.br, acesso em 11 de dezembro de 2016.

SANTIAGO, M. E.. **O projeto político pedagógico da escola como instrumento de gestão democrática**. Políticas e Gestão da Educação Básica. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 95-108.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

VEIGA, I. P. A.. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 29 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



III CINTEDI

_____. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.

XIMENES, L. M. e S.. **A promoção da formação humana no processo de formação acadêmica do educador**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. Orientador; Prof. Dr. José Policarpo Junior. Recife (PE), 2013.